



A sociologia: inútil ou constrangedora?¹

Jacob Carlos Lima²

Resumo: Desde sua origem a sociologia enfrenta desafios acerca de sua legitimação enquanto conhecimento científico e acadêmico. É constantemente desafiada a demonstrar sua relevância e utilidade. Por ter como objetivo compreender as relações sociais, desvendando o aparente e recuperando o não visível nas estruturas sociais, incomoda pelo que revela. Por não ser uma ciência normativa, é questionada em sua utilidade. Neste artigo recupero historicamente alguns momentos desse debate, centrando na sociologia brasileira, sua institucionalização e expansão, os ataques que vem recebendo mais recentemente pelo poder público, e os desafios enfrentados no quadro pandêmico que estamos vivendo.

Palavras-chave: Sociologia e institucionalização. A sociologia com ameaça. Sociologia, utilidade e relevância. Sociologia no Brasil. Sociologia e pandemia.

Sociology: useless or awkward?

Abstract: Since its origin, sociology faces challenges about its legitimization as scientific and academic knowledge. It is constantly challenged to demonstrate its relevance and usefulness. Because its objective is to understand social relations, unveiling the apparent and recovering the unseen in social structures, it is disturbing because of what it reveals. Because it is not a normative science, its usefulness is questioned. In this article I recover historically some moments of this debate, focusing on Brazilian sociology, its institutionalization and expansion, the attacks it has been receiving more recently from public authorities, and the challenges faced in the pandemic scenario we are living.

Keywords: Sociology and institutionalization. Sociology as a threat. Sociology, utility and relevance. Sociology in Brazil. Sociology and the pandemic.

¹ Uma versão deste texto foi apresentada no 43º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2019.

² Professor Titular no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos -SP. E-mail: jacobl@ufscar.br. ORCID <http://orcid.org/0000.0001.6475-9575>.



Desde sua origem no século XIX, a sociologia enfrenta desafios referentes a sua legitimação enquanto conhecimento científico na academia e fora dela. Questiona-se não apenas a sua cientificidade, dada a pluralidade de seus enfoques, mas também a inexistência de um corpo teórico-metodológico dominante que a caracterizaria. Isso, para Weber, seria um atributo das ciências históricas na qual se encontra a sociologia, que pereceria de uma eterna juventude “dado o permanente fluxo da cultura”. Assim, a sociologia constantemente é desafiada a demonstrar sua relevância e utilidade. Por ter como objetivo compreender as relações sociais, desvendando o aparente e recuperando o não visível nas estruturas sociais, incomoda pelo que revela. Por não ser uma ciência normativa, é questionada em sua utilidade.

Neste artigo recupero historicamente alguns momentos desse debate, centrando na sociologia brasileira, sua institucionalização e expansão, os ataques que vem recebendo mais recentemente pelo poder público.

Afinal, para que serve a sociologia?

1. A institucionalização – um pouco de história

A jovem ciência da sociologia nasceu plural. Pluralidade que refletia o acirramento dos conflitos sociais num contexto de rápidas transformações sociais representadas pela industrialização e urbanização na Europa e Estados Unidos e as distintas interpretações que assumiram. No debate social e político do século XIX, foi vista inicialmente com desconfiança, tanto pelos setores progressistas, como pelos conservadores. Foi duramente criticada por autores marxistas pelo seu positivismo e conservadorismo, uma ciência burguesa em sua proposta de uma ciência social que visava o conhecimento como forma de manutenção da ordem vigente. Ao mesmo tempo, também foi percebida no campo marxista como uma sociologia na qual a teoria do materialismo histórico seria sua expressão, utilizando o método dialético e buscando analisar a sociedade a partir das suas contradições e de sua transformação (BUKHARIN, [1921]1970). No campo conservador foi vista como uma ameaça, dada sua abordagem considerada crítica à ordem vigente e confundida com socialismo, num contexto que grandes transformações sociais e onde o “espectro do comunismo” assombrava a Europa (Marx, 1996). Saint-Simon, considerado um dos fundadores do socialismo utópico, foi percebido por Durkheim também como um dos fundadores da sociologia, uma vez que elaborou todas as ideias fundamentais da sociologia, sendo que Comte a construiu efetivamente “definindo-lhe o “método e constituindo seu enquadramento” (DURKHEIM, 1975:108-109).

Tanto Weber como Durkheim, assim como outros autores clássicos como Simmel e Tonnies, tiveram Marx como referência, uns mais outros



menos, mesmo quando buscavam refutar suas análises. Isto demonstra uma característica das ciências humanas de forma geral, da inexistência de um paradigma, como nas ciências naturais e exatas, que pressupõe certo padrão metodológico na busca de dados, assim como nas interpretações possíveis dadas as características de seus objetos.

Para Weber a sociologia é uma ciência explicativa e interpretativa, na qual o pesquisador integra o objeto que estuda o que torna a busca da objetividade do conhecimento mais complexa. Refuta, dessa forma, a proposição durkheimiana da exterioridade do objeto e com isso neutralidade na análise dos fenômenos sociais, propondo a neutralidade axiológica, ou seja, com relação aos julgamentos de valor.

Além das questões políticas e epistemológicas, que não iremos nos deter aqui, a disciplina enfrentou dificuldades na sua institucionalização nas universidades europeias em função de feudos acadêmicos consolidados. Essa característica fortemente nacional marcou seu desenvolvimento, não apenas dentro do campo científico, mas também nas possibilidades de formação e profissionalização.

Do outro lado do Atlântico Norte, a sociologia se institucionalizou já com a fundação do primeiro departamento de sociologia na Universidade de Chicago ainda em 1892. A formação em sociologia, nas duas primeiras décadas do século XX, já vai até o doutorado, com a profissionalização de seus formandos. A característica da sociologia norte-americana estava em sua preocupação de abordar problemas sociais decorrentes da industrialização, da grande onda imigratória e, internamente, a questão racial com a migração massiva dos negros do sul escravagista para os industrializados estados do nordeste, menos no sentido da compreensão da transformação social, mas de analisar como se dava a integração social e os conflitos daí advindos. O trabalho empírico torna-se o centro da atuação. Tem início a experimentação e o desenvolvimento de técnicas de pesquisa que irão constituir o instrumental metodológico da disciplina (COULON, 1995).

Na Europa conflagrada por duas guerras mundiais e crises econômicas e políticas entre elas, o processo foi mais lento. Na revolucionária União Soviética, a sociologia tida como ciência burguesa, foi substituída por Materialismo Histórico, que se tornou a ideologia oficial do Estado e o mesmo ocorreu nos países da Europa Oriental após a segunda guerra mundial. O mesmo ocorreu na China após a revolução socialista. A disciplina, entretanto, foi “reabilitada” a partir do processo de desestalinização na URSS a partir de 1956 e na China em 1979. Dessa forma, a sociologia marxista, se desenvolveu fora da ortodoxia soviética e passou a compor o chamado Marxismo Ocidental em todas as suas variações (ANDERSON, 1999).

Na Alemanha Ocidental, o primeiro curso de graduação em sociologia foi aberto em 1954, no período de reconstrução do país no governo Adenauer, imerso no centro da guerra fria, e que via a disciplina com desconfiança



(ADORNO, 2007). Na França, foi um pouco mais tarde, em 1959, enfrentando as resistências do conservadorismo católico e dos feudos acadêmicos estabelecidos nas universidades (DUBET, 2015).

No Brasil, desde o final do século XIX a sociologia foi percebida igualmente como representante da modernidade capitalista, havendo discussões para a introdução da disciplina do ensino médio e superior. Em 1881, a reforma educacional de Benjamin Constant propôs a Sociologia no ensino médio, mas a proposta nunca foi levada adiante e em 1882, Rui Barbosa, apresentou projeto de reforma do ensino secundário e superior, com a introdução da sociologia no quadro das matérias dos cursos de Direito (AZEVEDO, 1976).

Sua institucionalização teve início com a formação universitária: a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933³, com a abertura do curso de sociologia e política, seguido em 1934 pelo curso de ciências sociais da USP. Ambas, a ELSP e a USP, tiveram como suporte a elite paulistana, formada por empresários e intelectuais, na perspectiva da modernização e industrialização do país, na formação de quadros qualificados para o Estado, empresas privadas e para o ensino médio. A modernização como racionalização da gestão estatal e empresarial da qual a sociologia seria um instrumento. Um exemplo, entre outros, dessa preocupação, foi a existência de “Departamentos de Sociologia” em federações empresariais como a Federação do Comércio de São Paulo. Essa institucionalização da formação foi a primeira na América Latina.

Os dois cursos, o da ELSP e o da USP, se constituíram em modelos que foram reproduzidos no país. A diferença entre ambos estava no caráter de pesquisa e formação de quadros do primeiro; e na formação de professores no segundo. Distinção esta que vai desaparecendo a partir dos anos 1940. Entretanto, esses modelos permaneceram até a reforma universitária de 1971, outros antes, como no caso da existência dos dois cursos numa mesma universidade como o caso da UFMG. Com exceção da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, todos passaram a ser chamados de Ciências Sociais.

A percepção da sociologia como expressão da modernidade durou pouco. Entre 1925 e 1942, algumas propostas de obrigatoriedade da sociologia no ensino médio e no preparatório para cursos superiores foram implementadas em alguns estados, mas a reforma Capanema de 1942⁴ retirou sua obrigatoriedade. É desse período, com a guerra fria se instalando, que a sociologia passa a ser vista como uma ameaça. A alta hierarquia católica interessada no controle do ensino universitário, ora em organização no país, via a racionalidade da disciplina como potencialmente desestruturadora, uma subversão dos “valores tradicionais da família brasileira”. Florestan

³ Inspirada no modelo da *Science Po* de Paris, criada em 1872 e até 1945 chamada de *École Libre des Sciences Politiques*.

⁴ Reforma educacional do governo Vargas, capitaneado por Gustavo Capanema, então ministro da educação, que refletia o ideário nacionalista do Estado Novo (Veja-se Schwartzman, Bomeny, Costa, 2000).



Fernandes destacou esse fato ao escrever nos anos 1950 sobre os desafios para a profissionalização e a pesquisa sociológica no país, que além da necessidade de financiamento público para se tornar viável, enfrentava os entraves do reacionarismo político dominante que dificultavam qualquer avanço (FERNANDES, 1977).

Em termos de produção, a sociologia brasileira foi se constituindo no período 1945-1964 a partir dos grandes debates nacionais da construção do país e suas mazelas, com um sentido crítico crescente, mas ainda fortemente ensaística. Alguns autores identificavam uma escola de sociologia paulista, mais acadêmica e profissional, voltada a estudos sobre mudança social, e uma mais ideológica ou pública, no Rio de Janeiro, mais vinculada aos grandes debates nacionais do período, como o debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento (ALMEIDA, 1987; PEIRANO, 1991; VILLAS BOAS, 1991). Ambas se aproximando na interpretação e análise da modernização de um país periférico como o Brasil. Entretanto, análises mais recentes contestam essa separação, destacando o debate sobre profissionalização no Rio de Janeiro, no qual Luiz da Costa Pinto é um dos expoentes do que seria uma sociologia profissional (VILLAS BOAS, 2005; BOTELHO, 2009; SEGURA-RAMIREZ, 2001).

Ainda na institucionalização, é importante nos referirmos aos dois únicos cursos de pós-graduação no país na área de ciências sociais até o final dos anos 1960 na ELSP com o primeiro mestrado defendido em 1943 e doutorado em 1945; e na USP, o primeiro doutorado em 1945 e mestrado em 1953. Ambos funcionaram de forma tutorial até a reforma de 1971 (LIMA, 2019⁵).

2. A expansão e consolidação

O número de formados na Escola de Sociologia e Política e na USP até 1955 não chegava a 300: 130 formados na primeira e 150 na segunda (MICELI, 1987), considerando aqui apenas os cursos no estado de São Paulo. A partir da década de 1960 esse número começa a crescer de forma contínua. Sobre os formandos nos outros estados, os dados que temos são precários não apenas em seu número, mas também no destino dos seus profissionais^{6,7}. Desde 1937, quando se formou a primeira turma da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o número raramente atingia 10 formados anualmente, havendo anos sem nenhum formado. Em 1964 havia no país cerca de 21 cursos de

⁵ A pós-graduação da ESP continuou de forma tutorial até 1986 quando não foi credenciada pela CAPES (LIMA, 2019).

⁶ Mourão (2008, p. 126) utilizando dados do curso de sociologia e política da UFMG, afirma que no período 1956 e 1966 formaram-se 172 pessoas. Nesse mesmo período a Escola de Sociologia e Política de São Paulo tinha formado 323 (ESCOLA DE SOCIOLOGIA..., s/d).

⁷ Miceli (1987), faz uma estimativa acerca desse período, assim como da inserção no mercado de trabalho. O Curso de Ciências Sociais como formação de professores e os de Sociologia e Política mais direcionados a funções no Estado ou em atividades culturais.



graduação⁸.

A pesquisa ainda engatinhava pela inexistência de órgãos de fomento, sendo dependente, de forma majoritária, de projetos internacionais ou do apoio de órgãos internacionais de fomento⁹. A Fapesp, como órgão de fomento do estado de São Paulo, passou a funcionar a partir de 1962 tendo Florestan Fernandes entre seus primeiros conselheiros. O CNPq, fundado em 1951, incluiu o apoio a pesquisas em humanidades a partir de 1965 e o financiamento efetivo a partir de 1974 quando se torna uma autarquia com o nome atual. A CAPES, também fundada em 1951, sempre esteve mais focada na formação e qualificação de pessoal, com bolsas de estudos e fomento a pós-graduação, sendo que no período de 1957 a 1963, o chamado Programa Universitário – PGU – era um dos que recebiam maiores recursos. A área de Humanidades entrava nesse quadro na formação de pessoal qualificado para o Estado, situação que se altera a partir da segunda metade dos anos 1970. Por fim, a Fundação Ford e FINEP tiveram um papel importante no financiamento da pós-graduação em ciências sociais no Brasil, principalmente no período 1966-1985, o que contribuiu para sua expansão e consolidação (FIGUEIREDO, 1988).

Em termos associativos, a Sociedade Brasileira de Sociologia surgiu em 1950 como desdobramento da Sociedade Paulista de Sociologia de 1937 que poderia ser chamada de paulistana, pois reunia apenas professores e alunos dos dois cursos da cidade de São Paulo, e que teve existência meramente formal. A partir de 1950 e dos congressos de 1954 e 1962, passou a ter abrangência nacional com suas diretorias compostas de forma a ter maior representatividade.

O golpe e a ditadura militar que se estendeu pelos 21 anos seguintes, mesmo não tendo fechado os cursos da área, perseguiu, aposentou e exilou seus professores. A preocupação dos militares de então, com a autonomia científica e tecnológica, assim como sua preocupação em atender demandas da classe média por ensino superior, implicou na expansão da pós-graduação e pesquisa também para a área de humanidades e dentro desta, das ciências sociais.

A partir do Parecer Sucupira de 1965, que buscava regulamentar a pós-graduação no Brasil de forma similar ao norte-americano, surgiram algumas experiências de pós-graduação e a partir da reforma educacional de 1968 (regulamentada em 1971), tornaram-se política pública do Estado brasileiro. Alguns mestrados foram abertos, como o de ciências sociais rurais da ESALQ-USP Piracicaba – juntando Economia e Sociologia (1966); o PIMES na UFPE

⁸ Esse dado é do e-mec e só indica cursos ainda em funcionamento em 2020.

⁹ Por exemplo a pesquisa sobre relações raciais no Brasil (UNESCO-Universidade de Colúmbia); a pesquisa Universidade de Colúmbia com o governo da Bahia no estudo do Recôncavo Baiano (Brandão, 1998); o financiamento do *Smithsonian Institute* na Escola de Sociologia e Política, para a vinda de professores e mesmo para os estudos de comunidade do período; a missão francesa na USP e na Universidade do Distrito Federal.



(1967), também com sociologia e economia, Antropologia Social no Museu Nacional da UFRJ (1968) e Ciência Política do IUPERJ podem ser considerados os primeiros na área de Ciências Sociais, no novo modelo.

Com a democratização e o papel desempenhado pela CAPES e pelo CNPq na organização da pesquisa e pós-graduação, podemos nos referir, não apenas à expansão, mas à consolidação da formação em pesquisa em ciências sociais e em sociologia em particular. A partir dos anos 2000, a expansão das universidades públicas favoreceu a criação de cursos de graduação e pós-graduação na maioria dos estados da federação, assim como o aumento de verbas para pesquisas, agora também com o aporte das Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais.

Progressivamente, a produção acadêmica no país tornou-se referência internacional, não apenas em termos quantitativos, mas qualitativos. A organização da ANPOCS e realização sistemática dos seus encontros anuais a partir de 1977 possibilitou um espaço de debates acerca de resultados de pesquisa aos quais foram se incorporando outros congressos da área que contribuíram para a construção do campo acadêmico e de uma cultura científica até então bastante frágil. A SBS só organizou seu terceiro encontro no fim da ditadura, dez anos depois da ANPOCS, em 1987.

Esse processo foi marcado pelas injunções políticas e econômicas. Apesar das crises, foi mantida a continuidade na formação. Se pensarmos no período de 1933 a 2021, são 88 anos de formação; 84 dos primeiros graduados (1937); 71 anos da primeira tese defendida (1945); e 68 anos da primeira dissertação defendida.

3. E a profissionalização?

Em aula inaugural ministrada em 23/04/1968 na Universidade de Frankfurt, Adorno (2007) alertava os alunos que pretendiam ter a sociologia como eixo principal da sua graduação. Mostrava seu pessimismo sobre as perspectivas profissionais para os sociólogos na Alemanha, pelo aumento do seu número e pela dificuldade de absorção dos formados num contexto econômico de recessão de 1966 e 1967. E afirmava que mesmo nos EUA – que chamava de paraíso da Sociologia – encontrar emprego na área não estava fácil. Indicava outro problema que diz respeito à pós-graduação, e que até hoje temos que enfrentar: a universidade não era apenas uma incubadora de sociólogos, mas sua principal consumidora. Chamava a isso de relações incestuosas e pouco desejáveis, o que indicava a contradição entre um desejo de formação e as possibilidades efetivas de emprego na área. E isto num momento em que o Estado social na Europa ainda incorporava parte significativa dos profissionais de sociologia.

Um depoimento pessoal. Quando comecei a estudar sociologia, uma dúvida que me acompanhou por todo o curso era o que iria fazer com um



diploma de ciências sociais. Gostava do curso, de suas discussões teóricas e dos embates políticos, mas não vislumbrava minha inserção no mercado de trabalho. As discussões em sala de aula passavam ao largo da questão da profissionalização, mantendo ora um recorte acadêmico, ora de intervenção política. Em casa, meu pai me fazia uma pergunta básica: o que era a sociologia e para que servia? Por mais que tentasse explicar, ele nunca entendeu, talvez porque eu mantinha minhas próprias dúvidas e não conseguia explicar com clareza. Mas ele teve um lampejo, equivocado sem dúvida, quando FHC virou presidente. Passou a me perguntar se eu iria trabalhar em Brasília no governo. A partir daí vinculou a minha formação a possibilidades concretas de atuação no Estado, desconsiderando minha atividade enquanto professor universitário. Ou seja, nunca teve clareza da atividade do sociólogo e do professor que não considerava enquanto trabalho.

Quando me formei em 1979, estávamos na crise recessiva que teve início em 1973 com o fim do milagre econômico do regime militar. Nesse momento, a pós-graduação aparecia como uma qualificação a mais visando a uma empregabilidade na área, repetindo Adorno, entre o desejo de formação e as possibilidades concretas de emprego. Terminei a graduação em dezembro e em março já assistia às aulas no mestrado. Fui “pesquiseiro”¹⁰ e professor de ensino médio, sempre com contratos flexíveis ou sem contrato algum. Entretanto, o sistema de universidades federais tinha sido organizado e ainda se expandia pelo país e vários postos de trabalho passaram a ser oferecidos, e a titulação pós-graduada era um diferencial importante. Prestei concurso e construí minha carreira como professor e pesquisador em sociologia na universidade pública. Para mim a formação graduada em ciências sociais foi a primeira etapa para a profissionalização e, confirmando a assertiva de Adorno: a universidade formando quadros para a própria universidade. E isso não apenas em sociologia ou ciências sociais. Caso a intenção seja ser pesquisador no Brasil, mais de 90% da pesquisa é realizada nas universidades públicas.

A academia é a parte mais visível da profissionalização do sociólogo, mas não é a única. O número de formados em ciências sociais que permanecem na academia é muito restrito. Utilizando dados censitários de 2010, Baltar e Baltar (2017) apontam que apenas 6,40% dos graduados em ciências sociais (o que inclui antropólogos e cientistas políticos) estão na academia. Os demais se encontram em múltiplas atividades no mercado, como sociólogos, técnicos de planejamento, assessores, consultores, professores do ensino médio e outros sem especificação. No geral o debate sociológico se dá na academia e é nela que o sociólogo – professor e pesquisador – adquire maior visibilidade.

¹⁰ Atuava na aplicação de questionários em diversos projetos temporários.



4. A utilidade da sociologia

Para Dubet (2012, p.10),

as sociedades modernas necessitam da sociologia porque são modernas, porque sabem que são consciência de sua própria ação, porque o mundo se abriu, porque as culturas e as sociedades se entrelaçam cada vez mais uma com as outras e reconhecem-se o tempo todo. Porque sabemos que as respostas aos problemas sociais que nos escandalizam – a pobreza, a opressão, a violência – passam por convicções morais e pela vontade política, e pelo conhecimento, pela sociologia e por todas as ciências sociais.

Enquanto conhecimento sistematizado, a sociologia permite a compreensão crítica das transformações capitalistas seja na análise de temas clássicos como trabalho, movimentos sociais, organizações, a educação, a família, a religião, seja nos temas emergentes, as periferias urbanas, as migrações, as minorias étnicas, sociais e sexuais, as políticas públicas, os meios de comunicação, o meio ambiente, a ciência e a tecnologia, a saúde, gênero, enfim tudo o que abrange a sociabilidade humana. Não é à toa que nós sociólogos discutimos sobre tudo.

O que está em jogo não é a utilidade da sociologia, mas seu poder de desvendar as estruturas sociais, o que raramente interessa aos poderes de plantão.

Segundo Jacobsen e Tester (2015, p. 15),

a sociologia é útil quando oferece narrativas que ligam à época e a experiência. A sociologia é inútil quando fornece informações, e ativamente perigosa quando é vendida aos poderosos. A sociologia é exitosa quando assumida por homens e mulheres como ferramenta pela qual e com a qual podem conectar suas vidas à sua época; avaliar como transformar aquelas significa agir sobre esta.

Bourdieu (2013), em seu “elogio” à sociologia, afirma que a sociologia sempre está sob suspeita nos meios conservadores, acusada de fazer política. Por estudar o seu próprio mundo, termina dando a impressão que toma partido. Mas ao contrário, por estar permanente exposta a essas suspeitas, a disciplina se defende com um forte arcabouço teórico-metodológico. E faz uma indagação se alguém pergunta da utilidade da química, física, arqueologia e mesmo a História. Para ele, o desenvolvimento da sociologia e o progresso do conhecimento científico da sociedade responde aos interesses gerais dessa mesma sociedade. Assim pode ser considerada de interesse público.

No Brasil, desde a metade da década de 2010, assistimos um acirramento dos ataques à sociologia, questionando o porquê de financiar pesquisas na área. O então governador de São Paulo, em 2016, questionou o financiamento pela Fapesp a pesquisas inúteis, citando especificamente a Sociologia. Foi desmentido pela própria Fapesp que demonstrou que apenas 10% do



orçamento daquele ano para as ciências humanas e sociais (ARBEX; LOPES, 2016). Em 2019, apenas 1,4% das bolsas do CNPq foram para as ciências sociais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

O golpe parlamentar de 2016 potencializou a onda conservadora e reacionária que se fortaleceu a partir de 2013 no país. Entre suas primeiras medidas para atender seus patrocinadores, foi feita uma reforma a toque de caixa das relações de trabalho, “modernizando” a CLT com a retirada de direitos básicos do trabalhador e a reforma do ensino médio voltada ao “mercado” que, mais uma vez, tirou a obrigatoriedade da disciplina dissolvendo-a em temas transversais.

O presidente eleito em 2019, junto com um de seus vários ministros da educação, retomou o discurso da inutilidade do conhecimento sociológico (e científico de forma geral) logo no início do mandato, desqualificando-o, dizendo que as universidades públicas não deveriam investir em Sociologia e Filosofia e quem quisesse cursar essas disciplinas teria que ir para a universidade privada. Os dados do Inep neste mesmo ano demonstravam que apenas 3% dos alunos de universidades públicas estavam nesses cursos. Aliás, esse é um dos motivos da maioria das universidades e escolas privadas não ter interesse em oferecer esses cursos, a não ser na forma de EAD: a demanda é baixa, o mercado de trabalho é difícil e a desistência é alta. Trocando em miúdos, não dá lucro.

5. Porque a sociologia constrange

Num livro chamado “Em defesa da Sociologia” de 1996, Giddens indaga porque a sociologia irrita tanto. Para ele, alguns sociólogos responderiam que por ignorância; outros, por medo. Por que medo? Porque veem seu objeto como perigoso e incômodo, que subverte nossas concepções sobre nós mesmos como indivíduos e sobre os contextos sociais que vivemos.

A disciplina, nos anos 1960, esteve no centro das lutas sociais e adquiriu uma reputação de radicalismo vinculado à esquerda política com questionamentos da ordem burguesa. Passou a atrair estudantes preocupados não apenas em conhecer a sociedade, mas também como transformá-la. No final dos anos 1980, com a onda neoliberal, e o desmonte do bloco socialista, a sociologia passou a ser questionada pelo que seria a crise dos paradigmas ou o fim das grandes narrativas representadas pelo marxismo e o funcionalismo, que não dariam mais conta da pós-modernidade representada pelo capitalismo flexível, a fragmentação identitária e os novos movimentos sociais.

O caráter questionador e revolucionário da sociologia moldado nas lutas dos anos 1960 e 1970 como instrumento da transformação social perdeu força, assim como a aura construída nessas décadas. Não apenas na Europa, mas nos Estados Unidos e na América Latina. Citando Horowitz, no livro *The*



Decomposition of Sociology, Giddens destaca a crise da sociologia americana com o fechamento de departamentos em diversas universidades daquele país o que seria mais uma crise de uma ciência que surgiu numa crise e que as têm como seu objeto de estudo.

Esse exemplo foi utilizado por Silke Weber¹¹ na aula inaugural ministrada na abertura do novo curso de graduação em Ciências Sociais da UFPB em João Pessoa, do qual fui um dos organizadores e seu primeiro coordenador em 1994. O contexto dos anos 1990 era de reformas neoliberais que costumam atribuir ao Estado o mau funcionamento do capitalismo. Com sua costumeira política de “enxugamento” do Estado, as universidades públicas ficaram numa penúria que não tinham dinheiro nem para pagar água e luz, e as verbas de pesquisa minguaram. Situação que passou a se repetir a partir de 2016 e desde 2019 com uma sanha destruidora, no sentido de desmonte do próprio Estado e suas políticas sociais. Silke Weber destacou em sua fala, a crise que a sociologia estava vivendo, no qual ao mesmo tempo em que se fechavam cursos, outros eram abertos evidenciando o caráter de resistência da disciplina. Essa crise, no Brasil, a partir da metade da década de 2000 foi superada com aumento de verbas para pesquisa, expansão da pós-graduação e da graduação assim como da obrigatoriedade da sociologia no ensino médio. Se não resolveu a questão da empregabilidade da área, a amenizou com a possibilidade efetiva de acesso à carreira e a verbas de pesquisa.

Mas voltando a Giddens e sua questão do porquê a sociologia irrita tanto, no Brasil esse medo acompanha o desenvolvimento da disciplina desde seus primórdios no país. Podemos falar da predominância dos dois: ignorância, hoje vista como um valor positivo e festejada nas redes sociais e assumindo quase um caráter de política pública; e medo pelo que ela revela, desagradando os poderosos de sempre.

6. Desafios pandêmicos e extra-pandêmicos

Ao lado de questões políticas que ameaçam o fazer sociológico, enfrentamos outros desafios que poderiam ser chamados de “internos” ao campo da sociologia e que merecem ser citados. Um deles é a própria formação do profissional em sociologia. Desde o surgimento dos primeiros cursos de graduação, poucas alterações foram feitas nos currículos, e sempre foi muito alta a taxa de abandono desses cursos, seja pelas baixas expectativas em termos de mercado de trabalho, seja por ser pouco atrativo em sua organização interna. Segundo Villas Boas (2003), tendo como referência o curso de ciências sociais da UFRJ, mudanças curriculares não têm resultado em menor abandono do curso, considerando que, em linhas gerais, apenas se acrescentam ou tiram disciplinas. Demonstrando a experiência com o

¹¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE.



programa de Iniciação Científica que integrou os alunos na pesquisa desde cedo, teve o mérito de reduzir para 2% as desistências na UFRJ. Além disso, deve ser considerado que os alunos quando entram no curso, mesmo quando tiveram a disciplina sociologia no ensino médio, têm pouca informação sobre o funcionamento do curso e suas perspectivas de emprego.

Os cursos de ciências sociais têm sido criticados por sua excessiva generalidade ou teorização, com pouca vinculação com a prática cotidiana dos alunos. Nos cursos disciplinares, como a licenciatura em sociologia, raramente muda a estrutura de ciências sociais, incluindo apenas os créditos de licenciatura. Nos cursos de antropologia e ciência política, organizados a partir da constatação da generalidade das “ciências sociais”, praticamente não abordam a sociologia em sua estrutura curricular. A introdução das ênfases na graduação de ciências sociais, na qual o aluno pode optar a partir do 5º semestre por uma das três áreas, muda pouca coisa, uma vez que o aluno termina fazendo as três ênfases como forma de se garantir no mercado de trabalho.

Algumas experiências recentes têm rompido um pouco essa mesmice propiciando uma formação mais centrada, mas que ainda faltam estudos comparativos que resgatem seus diferenciais. A Unilab no Ceará tem uma proposta em dois ciclos. O Bacharelado em Humanidades em quatro semestres que possibilitam aos estudantes uma formação interdisciplinar; seguido pelo segundo ciclo chamado de terminalidades, em seis semestres no qual os alunos podem ou não continuar seus estudos em licenciaturas, na qual uma delas é a Sociologia. Uma versão diferenciada do ciclo básico proposto por Darcy Ribeiro e fracassado durante o período militar. O ex-Reitor da UFBA, Naomar de Almeida Filho, propôs o programa chamado Universidade nova, baseado na proposta de Anísio Teixeira, na qual o projeto da Unilab foi implementado. Um primeiro ciclo de estudos interdisciplinares seguido por um segundo voltado às formações profissionais específicas. Essa proposta foi incorporada nas novas universidades federais, surgidas na década de 2010, tendo havido forte resistência das universidades já consolidadas.

De 2014 a 2019, houve uma queda de 47%, segundo ranking universitário da Folha - RUF (CUNHA, 2019), na procura dos cursos em ciências sociais, seja pela retirada, mais uma vez, da obrigatoriedade da disciplina no ensino médio seja pelos ataques que vem sofrendo num contexto político, em que é percebida como inútil ou ideologicamente orientada. Nada de muito novo, mas com um grande impacto na procura dos alunos.

Martins (2019) questiona a não existência de uma sociologia aplicada aos grandes temas nacionais, como por exemplo, teria havido nas décadas de 1950 e 1960 com a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento e a modernidade industrial que se anunciava. Entretanto passamos de uma sociologia centrada no eixo Rio-São Paulo, com a pesquisa ainda engatinhando para a constituição do campo nacionalmente com a expansão da formação



e da pesquisa e o crescimento das diversas subdisciplinas que a compõem que se vinculam a uma sociologia aplicada como, por exemplo, a sociologia ambiental, a sociologia do trabalho, a sociologia urbana, da desigualdade social, entre outras, que poderiam somar na formação dos sociólogos contribuindo para melhorar sua problemática empregabilidade. Da mesma forma, cada vez torna-se mais necessário um domínio das tecnologias digitais e ainda são poucos os cursos que se preocupam com isso.

A questão não é responder sobre o utilitarismo imediato do conhecimento sociológico, mas evidenciar sua efetiva utilidade como conhecimento básico na compreensão das estruturas sociais e aplicável para o conhecimento e propostas de resolução.

Na pós-graduação, num contexto de crise como a atual, temos mestres e doutores bem formados, mas sem muitas perspectivas de institucionalização; ou mesmo emprego em escolas particulares, dada à flexibilização crescente do MEC com relação à titulação exigida para professores de ensino superior. As escolas particulares se desobrigam de contratação de titulados optando por professores graduados, mais baratos no mercado e se beneficiando de legislação que flexibiliza os currículos, tornando parte das disciplinas a distância. Essa situação foi agudizada pela reforma Temer que autorizou essas universidades a oferecer 40% do conteúdo de seus cursos de forma *on-line*. As ciências sociais e humanas, com disciplinas majoritariamente teóricas, serão as primeiras a serem totalmente *on-line*, possibilitando a gravação de aulas, correção de provas com inteligência artificial - que já vem ocorrendo, como mostra reportagem de Domenici (2020), precarizando ainda mais o trabalho do professor e eliminando milhares de postos de trabalho.

A pandemia aguçou o que já estava ruim. Menos bolsas, menos investimentos, que inviabilizam a pesquisa e mesmo a continuidade da pós-graduação. Esta está particularmente ameaçada com o desmanche crescente da CAPES, a suspensão da avaliação através de discutível medida jurídica, e a pressão das escolas particulares de liberação da pós-graduação totalmente *on-line*.

7. Concluindo

Mas, voltando às ameaças concretas no plano político, com o governo emergido do golpe parlamentar de 2016 e a agudização da crise política e econômica, a educação e a universidade começaram a sofrer cortes e contingenciamento de suas verbas comprometendo seu funcionamento.

Essa situação se radicaliza com o governo que se assumiu, em 2019, declaradamente anti-universidade, de um neoliberalismo tacanho e com tendências fortemente autoritárias. A sociologia e a filosofia foram eleitas como as grandes inimigas em uma luta ideológica imaginária, na qual seriam



as propagadoras de um “marxismo cultural” que nem seus papagaios digitais sabem o que é. Mais do que a sociologia e a filosofia, a grande inimiga é a inteligência, vista como potencialmente perigosa, arregimentando ressentidos sociais incomodados com a maior inclusão social dos últimos anos. Assistimos pouca reação aos disparates presidenciais e de sua equipe escolhida a dedo por sua incompetência política. O desmanche das políticas sociais e a contínua desmoralização de nossas instituições, partes integrantes desse processo, com apoio entusiástico de nossas elites imersas na colonialidade do poder para utilizarmos o conceito de Quijano (2005).

Voltamos às formas de intimidação do período militar. Ameaças veladas, intimidação em atos públicos – soltaram os demônios presos, abriram a porteira da destruição ambiental e da bandidagem, agora institucionalizada. A nossa frágil democracia, mais uma vez, está em risco. Neste contexto, parafraseando Bourdieu, a sociologia é um instrumento de combate, que se fortalece com a crítica e a distância dos poderosos.

Assim, não é a sociologia que está ameaçada, pois sempre foi combatida, pelo utilitarismo imediatista ou pelo obscurantismo ideológico, mas a sociedade brasileira como um todo, a própria existência do país e suas conquistas civilizacionais. O conhecimento não pode ser pensado de forma utilitária, mas como um processo. E enquanto conhecimento sistematizado, a sociologia busca compreender os fenômenos sociais como forma de contribuir efetivamente para a redução da desigualdade e pela justiça social. O conhecimento não é uma mercadoria de troca no mercado, mas um instrumento de transformação social, por isso incomoda.

Parafraseando Verçosa (2019), a sociologia não é uma terra plana.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. **Introdução à Sociologia** (1968). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. Castelos na Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964). In: **BIB**, Rio de Janeiro, n. 24. 41-60, 1987.

ARBEX, THAIS; LOPES, REINALDO JOSÉ. Alckmin critica Fapesp por pesquisas 'sem utilidade prática', **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/04/1765028-alckmin-critica-fapesp-por-pesquisas-sem-utilidade-pratica.shtml>. Acesso em: 14 jan 2021.

AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos,



1976.

BALTAR, Ronaldo; BALTAR, Cláudia. Sociologia como profissão. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, v.5, n.10, p. 259-289, maio/ago. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Para que serve a sociologia?** Diálogos com Michel H.Jacobsen e Kheit Tester. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BOTELHO, André Pereira. Passagens para o Estado-nação: a tese de Costa Pinto. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**; (77): 147-177, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Elogio de la sociología: discurso de aceptación de la medalla de oro del CNRS. In: **RES**, n. 19, p. 19-27, 2013.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BUKHARIN, Nicolai. **Tratado de materialismo histórico manual popular de sociologia marxista**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970(1921).

CÂMARA dos Deputados. Ciências sociais representam apenas 1,4% das bolsas do CNPq e gasto em pesquisa é baixo, dizem debatedores. **Câmara dos Deputados**. 12 ago. 2019. Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/569033-ciencias-sociais-representam-apenas-14-das-bolsas-do-cnpq-e-gasto-em-pesquisa-e-baixo-dizem-debatedores/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papyrus, 1995.

CUNHA, Carolina. Por que cai o interesse nos cursos de ciências sociais e filosofia? **Uol**. 17 dez. 2021. Educação. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/12/17/por-que-cai-o-interesse-nos-cursos-de-ciencias-sociais-e-filosofia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 07 dez. 2021.

DOMENICI, Thiago. Faculdades da Laureate substituem professores por robô sem que alunos saibam. **Folha de São Paulo**, 02 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/faculdades-da-laureate-substituem-professores-por-robo-sem-que-alunos-saibam.shtml>. Acesso em: 14 jan. 2021.

DUBET, François. **¿Para qué sirve realmente un sociólogo?** Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.



DURKHEIM, Emile. **A ciência social e a ação**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1975.

ESCOLA de Sociologia e Política. **Turma de Sociologia e Política**. Disponível em: <https://fespsp.org.br/egressos/turmas-de-sociologia-e-politica>. Acesso em: 14 jan. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1977.

FIGUEIREDO, Marcus. O Financiamento das Ciências Sociais. A Estratégia de Fomento da Fundação Ford e da Finep — 1966-1985. In: **B1B**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 38-55, 2 ° semestre de 1988.

GIDDENS, Anthony. **In Defense of Sociology: Essays, Interpretations & Rejoinders**. Cambridge: Polity Press, 1996.

JACOBSEN, Michael H.; TESTER, Keith. Introdução. In BAUMAN, Zygmunt. **Para que serve a sociologia?** Diálogos com Michel H.Jacobsen e Keith Tester. Rio de Janeiro, Zahar, 2015

LIMA, Jacob. C. A reconfiguração da sociologia no Brasil: expansão institucional e mobilidade docente. In: **INTERSEÇÕES**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 1, p.7-48, abr. 2019.

MARTINS, José de Souza. Os sociólogos distraídos e a invasão ideológica nas Ciências Sociais. Entrevista especial com José de Souza Martins. [entrevista concedida à Patrícia Fachin] IHU online. **Revista do Instituto Humanitas da UNISINOS**. Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592388-os-sociologos-distraidos-e-a-invasao-ideologica-nas-ciencias-sociais-entrevista-especial-com-jose-de-souza-martins>. Acesso em: 15 out. 2019.

MARX, Karl. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil 1930-1964. In: **RBCS**, São Paulo. v.2 n.5, p.5-26, out. 1987.

MOURÃO, Vitor, L. A. O curso paralelo de ciências sociais da UFMG. In: **Revista Três Pontos**, v.5, n.2, p. 123-130, 2008.

PEIRANO, Mariza, G.S. Por um pluralismo renovado. In BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (org). **As assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ:Relume Dumará, 1991, pp. 43-52.



QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina**. Lima: Centro de Investigaciones Sociales, 2005.

RIBEIRO, Daniella Borges; OLIVEIRA, Edineia Figueira dos Anjos; DENADAI, Mirian Cátia Vieira Basílio; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. In: **Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 548-561, set./dez. 2020.

SEGURA-RAMÍREZ, Héctor Fernando. Idéias de modernidade e sociologia no Brasil. Ensaio sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. **Mana**; 7(1): 165-190, abr. 2001.

VERÇOZA, Lúcio. A Sociologia não é uma terra plana. **Jornal de todos os Brasis**, 03 jun. 2019. Educação. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/artigos/a-sociologia-nao-e-uma-terra-plana-por-lucio-vercoza/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

VILLAS BÔAS, Glaucia K. A tradição renovada. In BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (org). **A assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ:Relume Dumará, 1991, pp, 21-42.

VILLAS BÔAS, Glaucia K. Currículo, iniciação científica e evasão de estudantes de ciências sociais. In: **Tempo Social**, v.15 n.1, p.45-62, abr. 2003.

VILLASBÔAS, Glaucia K. Por que rever mais uma vez o conceito de marginalidade estrutural de L. de A. Costa Pinto? **Perspectivas**; 28: 79-103, 2005.

WINKLER, Kalila Luize Balen. **Ciência e tecnologia no âmbito estatal: a CAPES e o CNPq inseridas no desenvolvimentismo brasileiro**. 2019. 127f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

Como citar este ensaio:

LIMA, Jacob Carlos. A sociologia: inútil ou constrangedora? **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 52-68, dezembro, 2022.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/11EE22.784>

Data de submissão do ensaio: 11/01/2022

Data da decisão editorial: 07/12/2022